



**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Av. João Pessoa, 903 - 90.040 - Porto Alegre - RS - F: (0512) 24-3709  
Sede Metropolitana

Porto Alegre, 26 de março de 1990

Prezados Companheiros:

Este é o texto básico apresentado pela Executiva Municipal à discussão e deliberação do Diretório Metropolitano já marcado para o dia 31/03, a partir das 8:30hs, no IPJ (fundos do Colégio Anchieta).

Nesta reunião, a dinâmica será de apresentação, discussão e votação de emendas ao texto, motivo pelo qual solicitamos aos companheiros que se organizem afim de que tenhamos a maior agilidade possível nos trabalhos. É imprescindível que as emendas sejam apresentadas por escrito, especificando bem qual a sua localização no texto, bem como se se trata de emenda substitutiva, aditiva ou supresiva.

Seria muito importante se pudessemos receber as emendas com alguma antecedência de forma podermos reproduzi-las para os membros do Diretório.

A discussão que faremos no próximo dia 31/03 fechará o processo de balanço geral do primeiro ano da AP. Isto dá a dimensão da importância da participação de todos os companheiros membros do Diretório Metropolitano.

Executiva Municipal

O SALTO PARA A NOVIDADE

1. Os Governos Populares Petistas, em especial Porto Alegre, assumiram suas responsabilidades em um período muito claro da disputa política. Tratava-se de um período que, se havia um ascenso das classes populares, esse ascenso não apontava para uma perspectiva de crise - sequer pré-revolucionária. Apontava sim para um acúmulo de forças destes setores, o que resultou fundamentalmente em um sensível crescimento em sua representação institucional.

2. Os obstáculos às administrações petistas, foram se mostrando, com o exercício do Governo, maiores e cada vez mais sofisticados. Além da disputa direta e pública com os setores sociais derrotados eleitoralmente em 1988 e deslocados do centro político do município com a posse da AP, outras duas frentes de tensionamento se constituíram: os limites macroconjunturais, tais como a inflação, a concentração tributária e a desaceleração do crescimento econômico, os quais corroeram a capacidade de investimento do poder público municipal; e os compromissos estruturais do Estado com a lógica dominante, que acabaram inibindo e mutilando várias iniciativas políticas da AP.

3. Enfim, todas estas questões contribuíram para o conjunto de insuficiências políticas que hoje percebemos no Governo Popular e no Partido de Porto Alegre. Frente às tarefas estratégicas de modificar, a favor dos setores populares, a correlação de forças na disputa social e política com as classes privilegiadas, nossa administração foi incapaz de consolidar sua base de apoio pois incapaz de constituir-se com um fator efetivo e globalmente impulsionador da mobilização popular.

4. Nossas visíveis insuficiências estratégicas, táticas e administrativas nos debilitaram neste processo de construção da hegemonia. Não soubemos concretamente, constituir vínculos e mecanismos de relacionamento com as classes populares que pudessem romper com a lógica consolidada da burocracia do aparelho de Estado, e conseqüentemente romper o isolamento político alcançando novos patamares no processo de construção da hegemonia.

5. O Partido enfim, neste primeiro ano, teve dificuldade em apropriar-se politicamente da totalidade das questões que se colocaram para si enquanto Partido Governante. A dificuldade, desde cedo, de constituir uma linha política ofensiva que mobilizasse a população trabalhadora tendo como parâmetro político os limites estruturais desta fração do Estado, a prefeitura, levou, Partido e Governo, ao isolamento político e a responsabilidade pelas dificuldades que tem sua origem no próprio modelo econômico nacional.

6. Evidentemente, a capacidade de mobilização concreta da população está intimamente identificada com a implementação de medidas governamentais, nitidamente de caráter popular. A concretização objetiva da política do Governo é um instrumento fundamental para a explosão deste processo. Tivemos uma demonstração clara desta possibilidade, no episódio da intervenção em algumas das empresas privadas que operam o sistema de transporte coletivo da cidade, onde conseguimos constituir um apoio amplamente majoritário da população à Administração Popular.

7. Porém, se estas medidas concretas e a mobilização inicial não estão balizadas por este sentido mais geral informado anteriormente, nossa política inviabiliza-se. A objetivação de nossa política, a constituição de medidas, serviços e equipamentos públicos, de um ponto de vista popular e socialista, está diretamente identificado com o capital político (mobilização e organização popular) que o Partido e o Governo foram capazes de consolidar para enfrentar, superar e, até, derrotar a lógica de seleção de demandas e a burocracia que constituem-se como a objetivação do compromisso estrutural do estado com o capitalismo. A eficácia das medidas da Administração Popular esta condicionada à capacidade de superação dos limites estruturais através da pressão popular organizada.

*Partido  
distante*

*crítica: falta de capacidade de  
mob. org.*

Este aspecto é substancialmente importante na medida em que o Conselho Político era e ainda é um fórum de suma importância na ligação permanente do PT com a Administração. O CP deve ser o organismo que dá objetividade à direção política e ao acompanhamento do PT na AP. Não um organismo plebiscitário como foi até agora, mas, efetivamente um órgão de elaboração política e por onde passam as grandes discussões do Governo da Frente Popular. Nesse sentido, a agilidade, a capacidade política de seus integrantes e o efetivo reconhecimento dos companheiros do Governo quanto a sua importância, prestigiando-o e privilegiando-o como canal de discussão política, são fundamentais.

*Conselho plebiscitário sem função*

Diga-se ainda que o atual (antigo) CP padeceu de dois problemas fundamentais: 1º) sua composição foi profundamente equivocada. Na maioria companheiros que não representavam ou não conseguiram imprimir ao órgão uma dinâmica positiva, de afirmação e de elaboração. Significativo que, objetivamente, muitos dos companheiros nem mesmo tiveram relação mais orgânica com o Partido, o que é um absurdo em se tratando do Conselho Político do PT na AP. 2º) Os companheiros da AP, por sua vez, ou o núcleo do Governo, tiveram uma postura continuada que não contribuiu para a afirmação do CP, muito pelo contrário. A não participação do Prefeito, a dinâmica ultimativista e plebiscitária implementada pelos outros companheiros da AP, são fatores determinantes das dificuldades. Evidentemente que, sem uma dinâmica mais definida, o abastecimento permanente de informações necessárias e um esforço para o engajamento do CP nas dificuldades e políticas da AP, nenhuma estrutura poderia se desenvolver.

17. Da mesma forma o Governo constituiu um ritmo tal, que pouco pôde contribuir para que o Partido rompesse com seu ritmo próprio. A Executiva Municipal, na procura de diminuir as tensões Partido/AP, sem os indispensáveis conteúdos políticos e informações que lhe pudessem qualificar frente às exigências do momento, acabou muitas vezes por meramente referendar as políticas da AP, sendo co-responsável por elas.

18. O reequacionamento desta relação passa por dois esforços, necessariamente, conjugados. O Partido deve constituir autoridade política para interferir na formulação das políticas tanto gerais quanto setoriais. Para isto deve mobilizar todo o seu vasto potencial militante retomando a ofensiva no campo popular, assumindo claramente a mobilização dos trabalhadores, defendendo uma AP que seja um instrumento desta mobilização e dando-se os meios para elaborar e consolidar conhecimento político sobre as políticas setoriais.

Áreas que assumem frente ao momento político que vivemos e os novos aspectos do Estado, importância vital como instrumento de disputa política na sociedade.

19. Assim, deve-se empreender um esforço para reorganizar partidariamente os companheiros petistas que ocupam cargos de confiança na Administração, recompondo o sentido político da ação militante, a partir da divisão de papéis próprios de um Estado e uma sociedade complexa.

20. Faz-se fundamental constituir fóruns de debates e elaboração de políticas públicas no Partido que partam da área de atuação dos militantes de forma a permitir a uniformização política através da discussão e a capacitação do Partido frente à condição de Partido no Governo.

*fóruns no partido*

21. Tais fóruns, que podemos caracterizar como grupos de trabalho, assumem papel fundamental neste processo almejado de reequacionar a relação Partido/Administração. O Partido deve interferir com sistematicidade, autoridade e, portanto, qualidade na direção política do Governo. Tais grupos, agentes e produto deste esforço, estarão na base da capacidade do partido em ter interferência política efetiva através do Conselho Político e do Diretório Municipal e sua CEM.

*interferência do partido na administração*

22. Porém, outro aspecto desta relação PT/AP é o distanciamento política da Administração em relação à organicidade do Partido, inclusive a nível estadual. A formalização de vínculos, somados a este esforço de capacitação do Partido, deve ser entendido como um instrumento de afinamento entre a realidade objetiva enfrentada pela administração e seu

PARTICIPAÇÃO POPULAR

29. Nosso grande equívoco no ano que passou foi resumir a questão democrática à questão dos Conselhos Populares.

30. O que o ano que passou demonstrou, foi que o movimento não está em um estágio de construção suficiente para constituir organismos com tal amplitude e tal vocação de poder. Cabe aqui reconhecer o primado da realidade sobre nossa construção teórica retirando dela os ensinamentos e necessárias correções de nossas hipóteses.

31. Se a questão democrática é parte fundamental do nosso programa não é para qualquer ilação de ordem metafísica mas pela necessidade de romper com uma ideologia e uma prática que aliena as massas de sua cidade, do estado e das experiências necessárias à sua constituição como sujeito revolucionário.

32. Essa ideologia (que de forma alguma é simplesmente um conjunto de idéias mas constitui-se de práticas concretas) tem uma forma precisa de inserção no aparelho de estado. O estado não demonstra seu compromisso de classe apenas por atender de forma diferenciada as demandas dos diversos setores sociais mas também por produzir através de suas rotinas, estruturas e funcionamentos um determinado tipo de cidadão: o cidadão que se dirige ao estado de forma individual fragmentada para reivindicar os serviços e equipamentos que necessita, e com ele tem uma relação de absoluta exterioridade. O correspondente na esfera coletiva a esse cidadão burguês é o movimento reivindicador e corporativo. Assim, o estado não é apenas reproduzidor de uma ideologia mas é ele próprio produtor de uma cidadania alienada.

33. Se a equação encontrada anteriormente para romper com a alienação da população de sua cidade foi a dos conselhos populares isto se deve a compreensão das limitações dos avanços em uma fração do estado como a prefeitura. Nosso equívoco foi não percebermos as limitações do próprio povo para dar um tal salto político/organizativo de tal dimensão sem as mediações necessárias. O que a realidade indica é que o caminho necessário é muito mais longo, o que não dispensa, ao contrário, exige outras iniciativas no campo da democracia, que, hoje, se constituem como eixo tático da abertura de canais institucionais de participação popular.

34. Neste campo, as nossas iniciativas no que passou foram extremamente tímidas. Sequer arranhamos a lógica pela qual a máquina opera, decide e se relaciona com a população. Hoje nosso objetivo deve incluir compreender sua estrutura e avançar com ousadia na sua transformação.

35. Mesmo sendo um instrumento das elites, portanto possuindo um "compromisso estrutural" com os interesses dominantes, o Estado constituiu-se, para as massas populares, cada vez mais amplas, como um conjunto de meios, equipamentos, recursos e autoridade, capaz de satisfazer demandas não supridas pela própria sociedade.

36. Este conjunto de serviços e agências que comunicam-se diretamente com a sociedade através de seus investimentos e equipamentos, tornaram-se para amplas parcelas da sociedade, o próprio Estado ou, pelo menos, o sentido do Estado. A disputa geral pela hegemonia política na atualidade, realiza-se igualmente na disputa, em cada uma dessas "pontas" do Estado, pela seleção de demandas que tal irá satisfazer e por quais mecanismos e procedimentos irá realizar.

37. Assim, em uma sociedade onde a disputa pela hegemonia política se dá em incontáveis frentes, ou seja que a hegemonia política é construída a partir da disputa pela compreensão de mundo que se realiza em cada ato social, portanto também em cada política setorial, em cada linha de elaboração de políticas setoriais, governamentais ou não. A construção de cada indivíduo que se confronta com essas demandas sociais como um ator social ativo é necessário para potencializar esta disputa pela hegemonia.

38. Ora, isto coloca em novo patamar a questão da democracia. A capacidade de realizar esta disputa e, preliminarmente a capacidade de cons-

*diminuir a amplitude e a diversidade*

vimentos etc. Nossa tarefa fundamental, enquanto partido e governo é estimular a participação política da comunidade na Administração da coisa pública a sua disposição, abrindo para isto os canais necessários, e redirecionar outras inúmeras iniciativas de pressão e mobilização a outros níveis de poder. Somente o comprometimento do povo trabalhador com o governo popular poderá lhes dar as condições para o salto de qualidade necessário.

Precisaremos, no entanto, recuperar nossa credibilidade desgastada nesse 1º ano de mandato, sem o que não será possível partirmos para o chamamento à participação. O movimento popular precisa sentir que existem possibilidades de conquistas concretas no campo dos serviços públicos como consequência do processo de abertura maior à participação popular.

49. Assim, quanto ao eixo tático a abertura de canais institucionais de participação popular, devemos avançar em três esferas de democratização: da gestão, planejamento e fiscalização (informação) popular. Não se trata de simples proclamações de intenções mas propostas concretas que deveremos debater como a constituição de conselhos gestores dos equipamentos coletivos públicos (escolas, creches, postos de saúde) recomposição dos conselhos municipais, discussão deliberativa do orçamento, regionalização democrática da administração, regulação do direito de petição e de audiência pública, etc.

50. Reafirmamos nossa profunda convicção de que sem avanços na consciência política e organização da população não há o que chamar de governo popular.

#### SECRETARIADO

51. Claramente a disputa que travamos com os setores privilegiados, dada a nossa condição de governo, teve, neste 1º ano, como pano de fundo as medidas objetivas de governo que tomamos ou não e os serviços públicos que passamos a administrar, ora com sucesso ora não.

52. Nesse sentido, a figura das secretarias e departamentos cresce em importância. Através de suas medidas é que o governo se materializa para o conjunto da cidade. Reside em nossa capacidade de globalização, elaboração e unidade política do governo, grande parte de nossas possibilidades de sucesso.

53. Entretanto, um desafio em particular, se colocou para o governo. Superar a fragmentação e o corporativismo das agências como condição de superar os limites da máquina, tendencialmente corporativista e antidemocrática.

54. Contudo, a dinâmica assumida pelo governo não constituiu um esforço claro e eficaz neste sentido. Responsável direto pela implementação de medidas objetivas e prestação de serviços públicos, o secretariado constituiu-se como uma instância dirigente vital para o governo. Assim as políticas setoriais dirigidas pelo secretariado devem estar afinados com uma concepção global, um plano global de ação do conjunto do governo.

55. Se toda a política da AP deveria estar balizada por este plano global, é bem verdade que este plano no sentido global de governo, deveria ser balizado em nossa tradição democrática - produto da elaboração do conjunto do governo e do partido.

56. Contudo, a dinâmica do governo não apontou no sentido do comprometimento do Partido e, mesmo, do secretariado e demais companheiros com papel de direção política (cargos em comissão), na elaboração política do governo.

Parcela importante nesse aspecto pode ser atribuída ao atraso na elaboração e apresentação de um plano global de ação de governo, que pudesse balizar o Plano Semestral com uma perspectiva de longo prazo, ao mesmo tempo que apontaria para a superação da fragmentação. Na verdade, o Plano Semestral, sem um norte global dos 4 anos de mandato, perdeu-se num conjunto de medidas ainda fragmentárias e destinadas mais a "mostrar serviços" do que propriamente responder às necessidades gerais de governo.

*gestão, planejamento e fiscalização*

*fragmentação e corporativismo*

*políticas setoriais !*

*atraso na elaboração do plano*

des questões e polêmicas travadas na Câmara, privilegiando uma intervenção setorial adstrita à área de seu mandato. Novamente, trata-se de reverter esta dinâmica para o ano de 1990, constituindo uma bancada de 09 vereadores que se coloquem, de conjunto, os desafios e políticas que o PT deve enfrentar.

64. O nosso principal objetivo neste ano que se coloca é o de retomar a ofensividade partidária da nossa bancada que, assim como o partido, não deve confundir-se com a administração. Há que se contemplar, ao mesmo tempo, a necessidade da sustentação política da AP e o espaço de autonomia em relação à ela.

65. Para viabilizar e potencializar esta dupla função devem ser criadas as figuras da liderança do Partido e da liderança de governo, em substituição da atual liderança de bancada. Cabe ao líder de governo garantir o trânsito das informações com o governo, ser uma referência parlamentar de interlocução e elaborar a estratégia parlamentar de sustentação das iniciativas da AP devendo para tanto ocupar lugar no Conselho político e no Secretariado. Ao líder do partido cabe articular a bancada com as instâncias partidárias, suas discussões e calendário, coordenar a articulação com o movimento popular e impulsionar iniciativas de disputa ideológica, denuncia e enfrentamento político. Para desempenhar esta função o líder partidário deve ter assento na Executiva Municipal.

66. Finalmente, o partido deve elaborar por proposta da executiva em conjunto com a bancada e deliberação do Diretório Municipal, um regimento interno de funcionamento da bancada, prevendo quais as formas de unificação da intervenção.

Executiva Municipal PT/POA

24 de Abril de 1990